



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

## PARECER JURÍDICO LCR – 089/2020

**EMENTA:** Projeto de Lei nº 1.083/2020, que Dispõe sobre a contagem processual em dias úteis em processos administrativos perante a Administração Pública Municipal, bem como prevê a suspensão da contagem dos prazos, em conformidade ao disposto no art. 220, da Lei Federal nº 13.105/2015.

Instado a me manifestar, por imposição regimental, através de nos termos do art. 226, do RICM, sobre a viabilidade de tramitação do **Projeto de Lei nº 1.083/2020, que Dispõe sobre a contagem processual em dias úteis em processos administrativos perante a Administração Pública Municipal, bem como prevê a suspensão da contagem dos prazos, em conformidade ao disposto no art. 220, da Lei Federal nº 13.105/2015**, passo a opinar, com as seguintes considerações:

O presente Projeto, de Autoria do Senhor Vereador **PAULO MARCIO CASTRO e SILVA**, criar dispositivo legal, através de Lei Municipal, para que seja adotado, como contagem de prazo em dias úteis, nos Processos Administrativos, bem como seja respeitada a suspensão prevista no artigo 220, do Código de Processo Civil.

O Código de Processo Civil adota, como regra, a contagem dos prazos em dias úteis, bem como prevê a suspensão dos prazos, em todos os processos, no período compreendido entre 20 de dezembro a 20 de janeiro:

[www.primaveradoleste.mt.leg.br](http://www.primaveradoleste.mt.leg.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

**Art. 220. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.**

Desta forma, se torna justo que as mesmas regras sejam obedecidas no âmbito dos Processos Administrativos.

Em sua Justificativa, encartada às fls. 003, o Autor apresenta a Justificativa de sua proposição, alegando justamente a necessidade de tais adequações.


A iniciativa e a competência do Projeto de Lei atende ao disposto no Regimento Interno, bem como na Lei Orgânica Municipal.

Assim, recomendo que seja o presente Projeto de Lei encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, a quem cabe analisar acerca de sua pertinência, devendo o mesmo tramitar regularmente.

Desta forma, não encontrando nenhum óbice legal que o impeça, opino **favoravelmente** ao trâmite regular do presente feito.

É o meu parecer.

Primavera do Leste, 03 de setembro de 2020.

  
**Luiz Carlos Rezende**  
OAB/MT 8987-B  
Assessor Jurídico